

GENEALOGIA PAULISTANA – TÍTULO PROENÇAS
(ADENDAS ÀS PRIMEIRAS GERAÇÕES)

H.V. Castro Coelho

Resumo: Antepassados de numerosas famílias tratadas por Pedro Taques e Silva Leme.

Abstract: Forefathers to several families described by Pedro Taques and Silva Leme.

A

§ 1º

- I- PAULO DE PROENÇA, n. em Portugal, teria vindo casado ou viúvo para a Capitania de S. Vicente e se estabeleceu em Santo André da Borda do Campo. Na câmara dessa vila exerceu os cargos de juiz ordinário em 1555 e de almotacel em 1556 (Atas da Câmara da Vila de Santo André, I, 269/283 e 291). Casou 2ª vez em Santos, em 1557, conforme escreveu Pedro Taques, com ISABEL CUBAS, filha do Cap. Mor Brás Cubas, cavaleiro fidalgo da Casa de El Rei. Alguns anos depois, segundo escritura lavrada nessa vila, doou o casal a seu pai e sogro Brás Cubas uma sorte de terras situada na rua da Cruz (Ordem do Carmo, ANRJ). Faleceram Paulo de Proença e sua 2ª mulher em datas não mencionadas pelos autores.

Do 1º matrimônio seria filho, ao menos:

- 1 (II)- CAP. MOR ANTÔNIO DE PROENÇA, n. em Portugal por 1540, juiz ordinário em 1589, C.c. ANA RODRIGUES, inventariada em Santos pouco antes de 1628 – segue.

Do 2º matrimônio, ao menos:

- 2 (II)- ISABEL DE PROENÇA VARELA, n. em Santos por volta de 1563, C.c. JOÃO DE ABREU. Segue no § 2º.

3 (II)- PAULO DE PROENÇA VARELA (filho ou neto?) C. por 1606 c. INOCÊNCIA DÓRIA¹, n. por 1590, fª de Domingos Rodrigues Marinho (n. em Portugal por 1565) e de s/m. Maria Dória (n. por 1570), moradores em Santos e já falecidos em 1632; n.m. de (?) Jácome Lopes, natural de Portugal, estabelecido na Capitania em 1559 (“Sesmarias”, I, 59) juiz ordinário em Santos em 1589 e 1599 (Ordem do Carmo, ANRJ) e de s/m. Isabel (ou Inocência) Dória, filha ou irmã de Jácome Dória, vindo para S. Vicente com um grupo de genoveses, por volta de 1539.

II- CAP. MOR ANTÔNIO DE PROENÇA, n. em Portugal por 1540, C. em Santos por 1563 c. ANA RODRIGUES (Ordem do Carmo, ANRJ) n. por 1548. Nada se sabe, com certeza, a respeito de seu parentesco em Santos com povoadores do apelido Gonçalves. Segundo os autores, exerceu de 1580 a 1583 o cargo de capitão mor e loco-tenente do donatário de S. Vicente. Foi juiz ordinário em Santos em 1585 e 1589, comparecendo nesse ano e no ano seguinte como testemunha das escrituras de doação de terras e outros bens que fez o Cap. Mor Brás Cubas aos Padres do Carmo, para a instituição da sua igreja (RIHGSP, XLIV, 239, 253 e 255).

Segundo os autores, possuiu navio que fazia transportes entre o Brasil e Angola e já era falecido em 1592 (sua morte referida no testamento do Cap. Afonso Sardinha).

Casou a viúva com o Cap. Mor Pedro Cubas (irmão de Isabel Cubas) “moço da Câmara de El Rei”², que exerceu os cargos de provedor da fazenda real e alcaide mor, de 1592 em diante, ouvidor geral em Santos em 1601 e loco-tenente do donatário, de 1605 a 1607 (falecido o Cap. Mor Pedro Cubas, sem geração, em 1628)

Faleceu Ana Rodrigues antes de 1628, sendo o inventário aberto em Santos, com a sentença dada pelo juiz Diogo Mendes de Estrada (Ordem do Carmo, ANRJ).

Pais de, ao menos:

1 (III)- ANTÔNIO GONÇALVES DE PROENÇA, n. por 1564, foi morador em Santos e, em 1592, possuía um navio em trânsito de Angola para o Brasil (segundo o testamento do Cap. Afonso Sardinha, escrito a 13 de novembro de 1592, em S. Paulo); por herança do pai estaria continuando com os negócios de navio.

¹ Irmã de Francisco Rodrigues Dória, C. na Sé a de novembro de 1632 (Lº .. , fls. 2) c. Ana Morzilho, fª de João Morzilho e de s/m. Catarina Álvares, já falecidos.

² Teria permanecido Pedro Cubas durante muitos anos em Portugal, até pouco antes da morte do pai.

O Cap. Afonso Sardinha referiu-se a ele como “seu cunhado” (devedor de 100\$000). Tinha esse capitão, além de muitos parentes afins, irmã e sobrinho, como se vê do seu testamento (em certos termos eram também chamados cunhados os primos afins ou os consortes dos primos).

- 2(III)- (?) RAFAEL DE PROENÇA, n. por 1570, mencionado pelos autores, seguiu na bandeira do Cap. Nicolau Barreto, em 1602.
- 3(III)- PAULO DE PROENÇA VARELA, n. por 1575, que a 20 de julho de 1629, em Santos, assinou uma escritura de composição amigável com os Religiosos de Nossa Senhora do Carmo, sobre a partilha de alguns bens que lhe cabiam por morte de seu padraсто Pedro Cubas. Havia feito o Cap. Mor Pedro Cubas testamento, a 17 de setembro de 1628, instituindo a mencionada Ordem herdeira de todos seus bens. Aparece Paulo de Proença Varela nesses anos como procurador bastante de sua mulher JUSTINA FARIA (Ordem do Carmo, ANRJ).

§ 2º

- II- ISABEL DE PROENÇA VARELA, n. em Santos por 1563, C. cerca de 1583 c. JOÃO DE ABREU, n. na Ilha Terceira por 1552, vindo para S. Vicente pouco antes de 1575 (“Sesmarias”, I, 22 e 24). Nesse ano, segundo os autores, seguiu com o Cap. Mor Jerônimo Leitão nas guerras do Rio de Janeiro. Em 1591, assinou escritura de contrato, obrigação e demarcação de terras com o Cap. Mor Brás Cubas (Ordem do Carmo, ANRJ) e, no ano seguinte, servia o cargo de provedor dos defuntos e ausentes (RIHGSP, XLIV, 288).

Teve, em 1595, provisão de almoxarife das Capitanias de S. Vicente e Santo Amaro, cargo que ainda exercia em 1601 (id., 270).

Lutou contra piratas de várias procedências e índios rebelados e obteve com Diogo de Onhate, em 1608, sesmaria em S. Sebastião (“Sesmarias”, I, 23 e 24). Parece que ainda vivia em 1628 (id., 268).

Pais de, ao menos (S.L., VI, 181):

- 1 (III)- ISABEL DE PROENÇA, n. por 1585, C. por 1603 c. o Cap. BALTAZAR FERNANDES, viúvo, fº de Manuel Fernandes (Ramos) natural de Portugal (juiz ordinário em 1575 e ouvidor eclesiástico em 1587) e de s/m. Susana Dias, n. em 1552 (casal com dezessete filhos, nascidos entre os anos de 1568 e 1594).

A 7 de setembro de 1626, conforme escritura lavrada em Santos, comprou Baltazar Fernandes de seu tio Cap. Pedro Cubas, pelo valor de 100\$000, uma área com quatro casas e quintal,

cercada de pedra, que obteve por herança de seu pai Brás Cubas (RIHGSP, XLIV, 267). Tiveram doze filhos, nascidos creio entre os anos de 1604 e 1627.

- 2 (III)- PAULO DE PROENÇA DE ABREU, n. por 1592, C. em Parnaíba c. BENTA DIAS FERNANDES, n. por 1590, viúva de Antônio Furtado de Vasconcelos, falecido nessa vila em 1628 (INV. E TEST., VII, 5 e 25); C. 2ª vez c. Maria Bicudo de Brito (S.L., VI, 181 e 348).

Foi juiz ordinário em Parnaíba em 1637, 1646 e 1652. Em 1658, comprou de seu cunhado Cap. Baltazar Fernandes casas e moinho, bens herdados de sua irmã Benta Dias Fernandes, que não teve geração (DAESP). Faleceu em 1676 e deixou seis filhos, creio nascidos depois de 1653.

- 3 (III)- CAP. BARTOLOMEU SIMÕES DE ABREU, n. por 1595, C. a 29 de janeiro de 1636 c. ISABEL PAIS DA SILVA (S.L., II, 465).

B

§ 1º

- I- CAP. ANTÔNIO DE PROENÇA, n. em Portugal por 1545, veio para a Capitania de S. Vicente em data não mencionada pelos autores e C. em Santos antes de 1572 c. MARIA CASTANHO, n. em Lisboa por 1552, que passou a S. Vicente com uma irmã, por volta de 1570, filhas do Cap. Mor Antônio Rodrigues de Almeida (governador e ouvidor da Capitania de Santo Amaro, em 1557) e de s/m. Maria Castanho (n. por 1534).

Segundo os autores, foi em 1575 à guerra de Cabo Frio com o Cap. Mor Jerônimo Leitão (fato referido por sua mulher, em depoimento no processo de beatificação do Padre José de Anchieta, em 1627).

A 2 de março de 1581, em Santos, recebeu do referido capitão mor provisão para o cargo de meirinho do campo da Capitania de S. Vicente, com João Maciel, nomeado escrivão do campo, ambos declarados pessoas de confiança e suficientes (ACCSP, I, 204); a 3 de julho já morava em S. Paulo (id., 180).

Exerceu nessa vila os cargos de juiz ordinário do pelouro em 1582 e 1587, vereador em 1584, 1585 (interino) 1590 (interino) 1591, 1593 e 1597, almotacel em 1585 (I, 263) juiz dos índios em 1600 (II, 72) e deputado, com José de Camargo, ao registro de peças em 1603 (id., 132).

Havia obtido da câmara, em 1583, datas de chãos no caminho da Cruz, em direção do Ipiranga, para casas e quintal (“Reg.”, I, 1).

Não traz sua assinatura a ata de 20 de setembro de 1592, lavrada contra a provisão do Cap. Mor Jorge Correia que determinava a entrega das aldeias indígenas à administração dos padres jesuítas (ACCSP, I, 446); seria pela causa dos jesuítas. Nas atas assinava sempre – Ant de Proença – (fac-símiles da assinatura em ACCSP, I, 483 e II, 21).

Com o título de moço da Câmara do infante Dom Luís, teve, a 15 de outubro de 1599, provisão de capitão a cavalo do distrito de S. Paulo, por mandado do governador geral D. Francisco de Sousa (“Reg.”, I, 109) e foi nomeado a 15 de maio de 1602 pelo mesmo governador para o posto de capitão da vila de S. Paulo, em ausência do Cap. Diogo (ou Pedro ?) Arias de Aguirre (id., 132).

A 7 de abril de 1601, reunido com os oficiais da câmara, deu o Ouvidor Geral Luís da Almada juramento dos Santos Evangelhos a Antônio de Proença e a Baltazar Gonçalves, o velho (pessoa da governança) – para que eles como velhos e antigos na terra fizessem ambos e cada um pelo bem da terra assim como se fez até aqui como demais que o dito ouvidor tem praticado na outra câmara -.

Recebeu Antônio de Proença, nessa data, nomeação de auditor e ouvidor, estabelecido em S. Paulo, com alçada em toda a Capitania de S. Vicente (RIHGSP, I, 119 e 130) e, a 7 de julho do mesmo ano, apresentou à câmara a respectiva provisão (ACCSP, II, 92 e 95).

Baltazar Gonçalves, o 2º juramentado (creio suplente do cargo) havia exercido de 1590 a 1592 o ofício de escrivão do campo de toda a Capitania de S. Vicente (nomeado pela sua boa consciência e saber) conforme provisão do Cap. Mor Jerônimo Leitão, a 4 de maio de 1590 (RGCSP, I, 22, 59). Segundo os autores, Antônio de Proença teve sua fazenda com terras de cultura e campos de criação (ACCSP, I, 335) e, em 1593, registrou marca de gado na câmara (RGCSP, I, 68). Faleceu com testamento em 1605 (inexistente o inventário no acervo do DAESP).

Sua mulher lhe sobreviveu por muitos anos e depôs, como testemunha, nos processos de beatificação do Padre José de Anchieta, em 1622 e 1627: Esteve o Padre José de Anchieta presente ao seu casamento. Conheceu-o e tratou com ele assim na vila de Santos como na de S. Paulo por mais de vinte anos; foi seu diretor espiritual. Previu-lhe a cura de grave enfermidade e o retorno bem sucedido de seu marido Antônio de Proença de viagens aos Patos e ao Cabo Frio, a quem havia dado um relicário de marfim. Com uma cruz de relíquias livrou-a da morte numa ocasião de parto. Hospedando-se o Padre Anchieta em sua casa com o Padre João Batista, após a leitura de um evangelho, Antônio de Proença, doente, havia dias, recobrou plena saúde (Processos Informativo e Remissorial de S. Paulo, anos de 1622 e 1627, para a beatificação do Padre José de Anchieta).

Tiveram cinco filhos, com descendência amplamente descrita por Pedro Taques e Silva Leme:

- 1 (II)- FRANCISCO DE PROENÇA C.c. ISABEL RIBEIRO – segue.
- 2 (II)- ANA DE PROENÇA C.c. PEDRO TAQUES, juiz de órfãos em 1609.
- 3 (II)- CATARINA DE ALMEIDA C.c. ANTÔNIO CASTANHO DA SILVA.
- 4 (II)- ISABEL DE PROENÇA C.c. o CAP. FRANCISCO VAZ COELHO, juiz ordinário em 1604 e 1615.
- 5 (II)- MARIA DE ALMEIDA C.c. JOÃO LOPES DE LEDESMA.

- II- FRANCISCO DE PROENÇA, n. por 1572, C. cerca de 1608 c. ISABEL RIBEIRO (n.por 1592) e 2ª vez por 1623 c. MÉCIA NUNES BICUDO, irmã de Vicente Anes Bicudo, juiz ordinário e de órfãos em Parnaíba em 1645 e 1646 (INV. E TEST., XXIX), 48). Foi da governança de S. Paulo onde serviu os cargos de juiz ordinário em 1609 e 1619, vereador em 1636 (ACCSP, II, 227 e 401; IV, 283) e alferes da vila em 1609 (RGCSP, I, 209).

Faleceu sua 2ª mulher em 1631, com testamento, escrito e assinado a rogo pelo Padre Francisco Jorge³. Fez disposições pias e determinou ser enterrada na igreja matriz, na sepultura de seu pai Vicente Bicudo, com o acompanhamento da bandeira da Misericórdia; por sua alma encomendou um ofício de nove lições e quatorze missas. No inventário, entre os bens, avaliaram-se casas na vila, sítio e gado, e arrolaram-se oitenta e dois administrados do gentio (INV. E TEST., VIII, 289).

Faleceu Francisco de Proença em 1638, com testamento, em que determinou ser enterrado em hábito do Carmo, no colégio dos jesuítas, na sepultura de seu pai, com o acompanhamento da Irmandade da Misericórdia, e por sua alma e outras sete intenções dispôs cerca de cento e onze missas. Legou a metade da terça à sua filha Ana de Proença, casada com Salvador Pires de Medeiros, nomeado testamenteiro.

No inventário declararam-se casas de taipa de pilão na vila, uma légua de terras em Caucaia, onde lavrava, gados vacum e ovino, além do serviço de cinquenta e oito administrados do gentio (INV. E TEST., XI, 421).

Teve do 1º matrimônio um único filho:

- 1 (III)- JOÃO RIBEIRO DE PROENÇA, n. em 1609, C. na Sé a de agosto de 1639 c. PAULA MOREIRA.

³ Deve ser o irmão do Licenciado Padre Mateus Nunes de Siqueira, que foi Protonotário Apostólico e Vigário da Vara em São Paulo.

Do 2º uma única filha:

- 2 (III)- ANA DE PROENÇA, n. cerca de 1625, C. na Sé a 5 de julho de 1638 c. SALVADOR PIRES DE MEDEIROS, n. por 1610, fº do Sargento Mor Salvador Pires de Medeiros e de s/m. Inês Monteiro de Alvarenga.

Faleceu em 1644, sem testamento, e foi inventariada em S. Paulo; declararam-se casas na vila, o sítio de sua residência, gados, terras em Juquerí, sesmaria de meia légua e trinta oito administrados do gentio. Entre os credores, aparece Alberto Pires, irmão do viúvo.

Justificou Salvador Pires em S. Paulo, por volta de 1645, a posse de uns chãos, recebidos em dote do sogro Francisco de Proença, que também os recebera em dote pelo seu casamento com Mécia Nunes Bicudo (DAESP).

Depois dessa data, passou Salvador Pires de Medeiros a residir na vila de Taubaté, onde teve o posto de capitão e serviu o cargo de juiz ordinário e de órfãos em 1655 (AHMFG).

Faleceu em 1677, e foi inventariado em Taubaté (inventário inexistente no AHMFG). Teria casado 2ª vez nessa vila (título Pires). Pais de:

- 1 (IV)- INÊS MONTEIRO DE ALVARENGA, n. em S. Paulo em 1640, C. em Taubaté c. JOÃO DE AZEREDO COUTINHO, natural do Rio de Janeiro, juiz ordinário em 1661 (AHMFG); com geração.
- 2 (IV)- ANA DE PROENÇA, n. em 1641, C. em Taubaté com LOURENÇO DA VEIGA, fº de Jerônimo da Veiga (n. em 1581) e de s/m. Maria da Cunha; n.p. de Belchior da Costa da Veiga, natural de Portugal, e de s/m. Estácia Antunes (irmã do Cap. Manuel Antunes, preposto do donatário de S. Vicente); n.m. de João Gago da Cunha (n. em 1572) e de s/m. Catarina do Prado; são os pais do Cap. Lourenço da Veiga da Costa, C.c. Marina Frago.
- 3 (IV)- SALVADOR PIRES MONTEIRO, n. em 1643, C.c. CUSTÓDIA MOREIRA.
- 4 (IV)- MÉCIA BICUDO, n. em 1644, C.c. o Cap. FRANCISCO ÁLVARES CORREIA – segue.
- 5 (IV)- ANTÃO PIRES DE MEDEIROS, creio filho de um segundo casamento do Capitão Salvador Pires de Medeiros. No

inventário do juiz João de Azeredo Coutinho, assinou a rogo de sua irmã Inês Monteiro (AHMFG).

Era cunhado de Lourenço da Veiga, C.c. sua irmã Ana de Proença (INV. E TEST., XVII, 490). Deve ser o tabelião que serviu em Parati nos anos de 1672 a 1680 (segundo o Livro de Escrituras da Vila de Nossa Senhora dos Remédios de Parati, Capitania de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, anos de 1672/ 87).

- IV- MÉCIA BICUDO, n. em S. Paulo em 1644, C. em Taubaté c. o Cap. FRANCISCO ÁLVARES CORREIA (o moço) n. em Mogi das Cruzes em 1642, fº do Cap. Francisco Álvares Correia (juiz ordinário nessa vila em 1639) e de sua 2ª mulher Guiomar de Alvarenga (n. em 1617) por esta, neto de Manuel Rodrigues de Alvarenga e de s/m. Guiomar de Castilho, moradores no Rio de Janeiro.

Foi o Cap. Francisco Álvares Correia (o moço) um dos fundadores do Convento de Santa Clara, de Taubaté, em 1674, e nessa vila exerceu o cargo de juiz ordinário nos anos de 1681, 1685, 1686, 1700, 1706, 1714, 1716, etc. (AHMFG). Faleceu em abril de 1725, sem testamento, viúvo de Mécia Bicudo (falecida depois de 1719) sendo inventariado no ano seguinte (título Álvares Correias).

Pais de (AHMFG):

- 1 (V)- ALBERTO PIRES RIBEIRO, n. por 1670, C. em Taubaté por 1694 c. sua parenta INÊS MONTEIRO; tiveram, entre outros, o filho Alberto, bat. em Taubaté a 12 de outubro de 1698 (Livro de Batismos, 1688-1703).
- 2 (V)- CAP. FRANCISCO ÁLVARES DE CASTILHO, n. por 1672, C.c. MARIA PEDROSO DA SILVEIRA, n. em 1692, fª do Mestre de Campo Carlos Pedroso da Silveira e de s/m. Isabel de Sousa Ébanos.
- 3 (V)- ANA MOREIRA DE CASTILHO C.c. SEBASTIÃO DE ARRUDA CABRAL – segue.
- 4 (V)- JOSEFA MOREIRA DE CASTILHO, n. por 1677, C.c. o Cap. SEBASTIÃO DE FREITAS MOREIRA (irmão de Antônio Pio Ferreira) fº do Cap. José de Castilho Moreira e de s/m. Isabel Fragoso.
- 5 (V)- MARIA MOREIRA, n. por 1680, C.c. JOSÉ MOREIRA DE CASTILHO, creio irmão de Antônio Pio Ferreira.
- 6 (V)- SALVADOR MOREIRA, casado e morador na Ilha Grande.
- 7 (V)- ANDRESA DE CASTILHO MOREIRA, bat. em Taubaté a de agosto de 1686, C.c. o Cap. JOÃO DE ARRUDA CABRAL, n. em

1671, fº do Cap. Manuel de Arruda Cabral e de s/m. Ana Ribeiro de Alvarenga, que foram os instituidores da matriz do Senhor Bom Jesus de Tremembé (termo da vila de Taubaté) conforme provisão, em 1672 (título Costas Cabrais).

- V- ANA MOREIRA DE CASTILHO⁴, n. por 1673, C. por 1689 c. SEBASTIÃO DE ARRUDA CABRAL, fº do Cap. Manuel da Costa Cabral (juiz ordinário e de órfãos em Taubaté em 1668 e 1683) e de s/m. Ana Ribeiro de Alvarenga, acima mencionados.

Pais de, naturais de Taubaté:

- 1 (VI)- FRANCISCO, bat. a 17 de dezembro de 1690.
- 2 (VI)- GUIOMAR, bat. a 19 de outubro de 1692.
- 3 (VI)- MANUEL DE ARRUDA CABRAL, bat. a 1º de setembro de 1694, C. em Taubaté c. MÉCIA FRAGOSO DE TOLEDO, n. em Araçariguama, fº do Cap. Salvador Fragoso Guedes (n. em S. Paulo em 1662) e de s/m. Teresa de Toledo Castelhanos; n.p. do Cap. Pedro Fragoso (n. em S. Paulo em 1634) e de s/m. Vicência de Siqueira Mendonça (n. em Parnaíba em 1644) e n.m. do Cap. João de Toledo Castelhanos e de s/m. Maria de Lara; com geração em Baependi.
- 4 (VI)- JOSÉ PIRES MONTEIRO, bat. a 14 de outubro de 1696.
- 5 (VI)- ANA, bat. a 26 de julho de 1701.
- 6 (VI)- SALVADOR, bat. a 1704 (?).

⁴ Confundida pelos autores com uma tia de idêntico nome, n. por 1650, C.c. o Cap. Gaspar Martins, homem nobre, n. em Angra dos Reis.